A REFULGÊNCIA DO MITO –TERRA/TRABALHO

*Ideni Terezinha Antonello**

A ESPERANÇA

*A Esperança não murcha, ela não cansa,
Também como ela não sucumbe a Crença
Vão-se sonhos nas asas da Descrença,
Voltam sonhos nas asas da Esperança.
Augusto dos Anjos*

O mito é como uma pedra preciosa. No estado bruto seu brilho encontra-se na possibilidade de sua luminosidade. Para refugir necessita ser lapidada. O trabalho de lapidação materializar-se-á no alcance de sua luz.

No espaço rural, o mito em seu estado bruto tem como material a ser trabalhado as contradições, ambições e motivações dos produtores rurais detentores ou não de uma pequena parcela de terra. Este material emerge com intensidade como o avanço do modo capitalista de produção no agro. Assim, a luminosidade do mito deverá ser irradiada a partir da subjetividade existente. A subjetividade coletiva é norteadada pela visão de mundo dos sujeitos envolvidos.

Essa subjetividade é apropriada e lapidada no intuito de liberar o potencial de energia necessária para projetar a luz do mito sobre o corpo social. Para os camponeses sem terra a conquista da terra é a rocha a ser trabalhada, pois é na terra que buscam e acreditam encontrar a libertação de seus problemas, particularmente, o da sobrevivência, e depositam no trabalho a chave de sua existência. Assim, a terra é o meio e o trabalho a forma para alcançar a utopia camponesa, uma sociedade igualitária assentada na produção rural.

A matéria bruta da subjetividade do campesinato materializa-se no refulgir do mito terra/trabalho como a panacéia de seus problemas. Este brilho intenso da crença na esperança de melhores condições de sobrevivência ofusca o discernimento entre o real e o abstrato (mito).

* Doutora em Geografia e professora visitante do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.
e-mail: ideni@ufs.br

O mito será a substância de fermentação na massa social dos movimentos sociais rurais, estes movimentos ancoram-se na tríade “terra livre”, “terra conquistada” e “terra titulada”, a qual se constitui no movimento cíclico dos atores sociais envoltos no mito –terra/trabalho. Contudo, se faz necessário colocar que o movimento social germinado a partir da semente da insatisfação dos atores sociais¹ frente à expansão do modo de produção capitalista no agro brasileiro, fundamentou-se no mito primevo, ou seja, o mito em seu estado bruto. Ressalta-se que a análise se volta para o espaço rural do Rio Grande do Sul, pois o mesmo se constitui no germe dos movimentos sociais dos sem terra.

O mito está advinculado à trajetória de vida destes produtores rurais ligados à terra como meio de produção e ao trabalho, fundamentalmente, familiar; como mecanismo de reprodução do grupo social.

Na trajetória de vida desses atores sociais, a temporalidade passada se faz sentir na temporalidade presente. Neste momento, considera-se a temporalidade presente o processo de transformação vivida pelo campesinato riograndense nas décadas de sessenta, setenta e oitenta². Isso decorrente da espacialização do capital no agro sulista via o processo desigual de modernização da produção agropecuária, o qual fomentou mudanças nas relações sociais de produção, eliminando e recriando formas de produção não especificamente capitalista.

A temporalidade ulterior deste campesinato remete-se aos primórdios de ocupação do espaço realizada pelos seus antepassados, com o processo de colonização estrangeira implementada pelo governo imperial. Na contemporaneidade do colono-camponês³, encontra-se a raiz do mito terra/trabalho, pois os atores responsáveis pelo surgimento do movimento social, pelo desafio de obter a terra, são oriundos de famílias que têm sua origem no processo de colonização.

O colono-camponês é a materialização da subjetividade propulsora do deslocamento do migrante de seu país para o “novo mundo”. Esta subjetividade era pontilhada na perspectiva de tornar-se proprietário do meio de produção, a terra, e, assim acumular capital na busca do enriquecimento. Tal objetivo retrata a limitação

¹ Considera-se atores sociais, sujeitos, na presente análise, os camponeses com ínfima parcela de terra e os sem terra.

² O Movimento dos Agricultores Sem-Terra do RS –MASTER surge no final da década de 50 e início da 60.

³ Toma-se a expressão utilizada por Schneider (1999) ao analisar o processo de colonização alemã no Rio Grande do Sul. O autor salienta que a palavra colono refere-se ao sujeito que vive numa colônia, e, não uma possessão exterior, ultramarina, de um Estado nacional.

das possibilidades em vigor no espaço de origem dos mesmos, de fato, a migração é resultado do processo de sedimentação do modo de produção capitalista na Europa. Por conseguinte, a população migrante era constituída na sua grande maioria por trabalhadores agrícolas ou artesões sem terra, e/ou pela prole excluída do acesso à terra devido à pressão demográfica sobre a unidade produtiva familiar (LACAVA, 1986).

A linha mestra da trajetória do migrante era desenhada nas cores da terra e do trabalho, pois a terra encerrava a possibilidade e o trabalho a vontade de mudança da situação anterior.

No “novo mundo”, a população migrante retrocede à uma temporalidade pretérita, isto é, defronta-se com a natureza em seu estado nativo. Neste momento, os colonos passam a produzir o espaço do futuro colono-camponês, assentado no saber e nos traços culturais vinculados às suas origens (etnias). Contudo, as diferenças diluem-se na forma de organizar o processo produtivo internamente na unidade de produção, que representava a base da reprodução do grupo social.

Essa organização dava-se a partir de dois fatores: a terra e o trabalho. Assim, a terra deveria ser trabalhada com o propósito primordial de manutenção do proprietário, como de sua família. Mas, a terra tinha que ser transformada em um meio de produção. Passar do estado bruto (florestas, matas) para unidade de produção, e, assim, dar forma ao colono-camponês e, simultaneamente ao “sistema agrícola colonial”.

Nesse contexto, o processo vital social do colono em sua relação direta com a natureza possui um conteúdo sensível de trabalho. Trabalho como atividade existencial, isto é, aquele necessário para a continuidade da vida, que subentende a produção da vida material e, portanto o desenvolvimento dos meios de vida que possibilitam satisfazer as necessidades básicas como comer, beber, habitar, enfim, manter-se vivo.

Suprir as necessidades básicas tornou-se o fio condutor da ação do colono-camponês no confronto com as adversidades imposta pela natureza primitiva. Entretanto, a outra face da “luta atroz” do colono com o meio físico, é visível ao se perceber que “... não é difícil estabelecer uma relação com ela, enquanto natureza inorgânica do indivíduo vivo, como sua oficina, meio de trabalho, objeto de trabalho e meio de subsistência do sujeito” (MARX, 1985, p.69).

A terra não figura simplesmente como meio de produção, torna-se parte do colono-camponês, na qual materializa suas forças e potencialidades humanas. É nela

e através dela que ele cristaliza o seu trabalho, o trabalho na sua forma concreta. Esta forma de trabalho pressupõe sua interação com homem e este com a natureza, pois:

“Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida” (Ibid.,p.149).

A atividade do colono-camponês constituía-se na sua atividade vital, e sua relação com o mundo material (natureza) não é refratária; pelo contrário, existe uma interação entre ambos no processo de trabalho, no qual o homem se naturaliza e, ao mesmo tempo, humaniza a natureza. Contudo, o homem é um ser natural; ele encara a natureza com suas “forças naturais”, mas as coloca em movimento com objetivo projetado sobre a matéria natural. Ocorrendo, desta forma a objetivação da natureza em função das necessidades humanas. Afinal, o que distingui “... o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera” (Ibid., p.149).

No processo de existência o trabalho se realiza e, ao mesmo tempo, existir significa objetivação da força de trabalho dispendida, que é a materialização do próprio trabalho. Neste sentido, as forças naturais emanadas do grupo familiar e colocadas em ação eram direcionadas para satisfazer a subsistência do grupo. Por conseguinte, a ação ganha vida no processo, e este, quando desencadeado a partir das necessidades corporais básicas, configura-se na relação simples de apropriação do natural pelo homem. É o trabalho direcionado a um fim a produção de valores de uso, pois “... o valor de uso só tem valor de uso e só se realiza no processo de consumo” (MARX, 1977, p.31).

Essa forma específica de trabalho é, de fato, a forma assumida pelo trabalho coletivo familiar, este é o sustentáculo da organização do processo produtivo interno da unidade de produção do colono-camponês. A terra como “sua oficina”, colocada em ação pelo trabalho, cujo o produto/resultado aparecem sob a forma

direta, concreta, expressão do “metabolismo entre o homem e a natureza”. Em outras palavras, o trabalho efetuado não se encerra em si mesmo, mas, sim, transparece em uma finalidade, no caso, de saciar as necessidades básicas. Desta forma, sua especificidade é a indissolução de sua utilidade particular, a de valor de uso.

No processo de trabalho a atividade do colono-camponês efetua a partir do meio de produção, ou seja, a terra, uma transformação do trabalho no produto requerido para suprir sua existência. Assim,

“Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. o trabalho está objetivado e o objeto trabalhado. Ele fio e o produto é um fio” (MARX, 1985, p.151, grifo nosso).

Nesse contexto pode-se dizer que o colono-camponês sofre uma mutação ao inverso, isto é, como emigrante baseava sua reprodução no “valor de troca” como imigrante sustenta sua sobrevivência no “valor de uso”, e, posteriormente, com a penetração de relações mercantis, retorna ao “valor de troca”, sem abandonar o trabalho concreto, isto é, “valor de uso”.

A contraposição do “valor de uso” e do “valor de troca” cristaliza a subtração do caráter útil, sensível do trabalho, desaparece a sua finalidade concreta, “... todas as suas qualidades sensoriais se apagaram”. Por conseguinte, o produto do trabalho é despido de sua qualidade de valor de uso; representa a mercadoria, a qual é apenas considerada como resultado e não direcionada a um fim concreto, mas encerra um fim em si mesma, ou seja, o valor de troca.

Contudo, mesmo redirecionando o processo produtivo para adentrar no movimento do capital, o colono-camponês, na sua trajetória de vida, mantém como vértice da concepção de vida o trabalho como forma e a terra como meio para atingir a satisfação das necessidades. Portanto, é esta divisa que acompanhará a formação da visão de mundo de seus descendentes, conseqüentemente, faz-se sentir com toda a força na temporalidade presente dos atores sociais envolvidos no movimento social em busca de obterem o meio de produção, impulsionados pela ancestralidade do mito terra/trabalho.

E, todavia, seria engano supor que este mito manteve o perfil e sua autogênese,

isto é, o mito em seu estado bruto fomentou a geração do movimento social dos sem terra conquistando na trajetória do movimento da apropriação e capitalização com o escopo de atingir uma organização política dos atores sociais. É neste momento que o movimento dos trabalhadores rurais sem terra desintegra a “não identidade” em prol da identidade da categoria “sem terra”. Não obstante, o Movimento do Sem Terra no seu caminhar vai deixando cair as cascas do “movimento social”, no sentido sociológico da expressão. Tal expressão, segundo NAVARRO constitui-se em:

“... uma noção de movimento social que se define por um alto grau de participação de seus membros e uma estrutura decisória flexível e democrática de um coletivo social que se organiza como movimento e um outro que se estrutura como uma organização inspirada nos manuais leninistas” (1999, p.29).

Na sistematização do movimento com sua unificação em nível nacional, sob a sigla do MST, cujo marco deu-se com o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, em Curitiba (1985), o mito – terra/trabalho passa a ser moldado de forma a reluzir sobre o corpo social. Todavia, sua luz deverá ser direcionada para atender os princípios pré-estabelecidos pela organização do movimento.

Destarte, a tríade proposta passa a figurar na trajetória de vida dos que almejam a terra, via a inserção no movimento. Portanto, no trajeto do movimento o mito passa de sua forma primeva à ofuscante forma de organização política. Sob a forma de organização política ocorre a homologia da identidade “sem terra”, o que leva uma erradicação do sujeito atuante independente. Assim, proporcionando a transformação dos “sem terra” em não sujeito do movimento, no que se refere às relações de poder internas. Dessa forma, a potencialidade de reflexão também esvai-se, ao assumir a identidade “sem terra” na categoria de participante do movimento, o produtor rural esta imbuído da perspectiva de alterar a sua condição material de existência, mesmo que para isso tenha que abandonar a sua própria visão de mundo ao assimilar a do movimento, pois a *“... a vontade de viver se vê independente da negação da vontade de viver: a autopreservação anula toda vida na subjetividade” (ADORNO, apud: JAMESON, 1997, p.99).*

A vida na subjetividade dos participantes do movimento encontra-se no mito, este impulsiona na “terra livre” adestra na “terra conquistada” e dilui-se na “terra titulada”. A “terra livre” é a expressão da possibilidade de mudança da realidade vivida. É na terra que os “sem terra” depositam suas esperanças de reverter à

situação de dispor apenas de sua força de trabalho para colocá-la no mercado. A abstração do mito é objetivizado no desafio da busca da materialização do mito – a conquista da terra.

Por conseguinte, a “terra livre” representa a luz no fim do túnel, e se cristaliza nas propriedades passíveis de desapropriação. É esta luz que orientará a atuação do movimento como organização política, tomando-se como foco de análise o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tal movimento, na sua formação, apropria-se do mito terra/trabalho, e, edifica a sua unidade/identidade em torno dos ritos e ícones, tanto da Igreja Católica como do Estado moderno⁴.

A influência da Igreja Católica na conjunção dos atores sociais (sem terra) formadores do movimento ultrapassa a utilização da sua simbologia para se fazer presente na própria concepção de mundo dos sujeitos envolvidos. Isso por conta da ação das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs), através do trabalho desenvolvido junto ao corpo social. Neste trabalho de base a doutrina cristã é diluída e introduzida na visão de mundo dos indivíduos no processo organizativo. Diluída no sentido que é cooptado valores advinculados ao vivido pelos sujeitos. Particularmente, o simbolizado no mito – terra/trabalho. Estes valores passam pelo refinamento do discurso cristão, reformando e formando a visão de mundo dos atores no movimento organizado – MST. Dessa maneira, os agentes religiosos desenvolvem a junção entre a prática política e o discurso religioso. Este justificando a atuação e efetivação daquela. Nas palavras de BONIN:

“Ao agirem neste sentido, Deus os aprovará porque o seu próprio plano prevê a ativa colaboração dos homens. Esta linha de raciocínio religioso encontra eco na própria experiência cotidiana do campesinato, para quem a terra é uma questão de vida, enquanto sua ausência representa a morte. Se deus é a salvação, a vida, deve desejar que os trabalhadores lutem pela terra. Neste sentido, a luta pela terra torna-se uma luta “sagrada”, além de ser também uma luta política” (1989, p.187, grifo nosso).

⁴ Bonin (1989) desenvolve uma análise sobre a apropriação da simbologia da Igreja e do Estado Moderno pelo MST, segundo a autora os mesmos “... são recriados a partir de seu referencial de luta e expressam esta luta. O novo significado atribuído por eles a esta simbologia e aos rituais que a acompanham diferenciam-se agora por expressar suas lutas” (p.188).

Essa posição assumida por setores da Igreja, durante a década de setenta, sustenta-se na Teologia da Libertação⁵, e, retrata o redimensionamento no discurso e na prática da Igreja Católica Romana, até então pautados na disciplina do indivíduo, isto é, a defesa da ordem estabelecida na terra. Pois, a recompensa dos sofrimentos materiais encontra-se nas benesses oferecida pela vida no céu.

Esse discurso de conformação frente à escassa colheita dos produtos terrenos é retratada por Saramago através do personagem João Mau-Tempo, que ao refletir sobre a vida, em uma noite de insônia, pensa: *“Por cima dos telhados é o costume estrelas, um desperdício delas, mesmo que se pudessem comer, estão longe, a serenidade ostensiva do céu de que se aproveita o padre Agamedes para insistir e repisar, este homem não sabe outro discurso, que lá no alto, sim, é que se acabam todas as lutas deste vale de lágrimas e todos são iguais perante o Senhor”* (1999, p.140). Este discurso entra em choque com a situação de insatisfação e expropriação vivida pelos trabalhadores rurais, pois *“... as tripas vazias protestam, rolam em falso, manifestam essa desigualdade”* (Ibid., p.140).

Essa tonalidade conservadora e apaziguadora frente às contradições pujantes no espaço rural, vivida pela população que sobeja do processo modernizador do agro brasileiro, torna-se paradoxal ao discurso cristão da igualdade entre os homens, no momento em que as puas da labuta diária denunciavam aos produtores rurais que *“... uns são mais iguais que os outros”*.

A Igreja Católica ao captar a situação extrema dos anseios e insatisfação dos trabalhadores rurais, percebe a necessidade de enquadrar seu discurso e sua prática ao caldeirão das transformações em curso, pois sob as chamas do interesse terrestre dos atores poderia se tornar cinzas as promessas celestes, e, conseqüentemente, fragmentar o poder da religião⁶. Assim, o redimensionamento no discurso dar-se com a fusão da prática religiosa e política, isto é, passa da pregação passiva à atuação. Deus continua o detentor do “poder” sobre a humanidade, no entanto, o homem deve interferir para alterar e atingir “o reino da justiça”, dessa forma não estará indo contra a vontade de Deus (ordem estabelecida) mas estará percorrendo a trilha para a *“igualdade entre os homens”*.

⁵ A Teologia da Libertação foi elaborada a partir de Medellín e Puebla e postula um papel atuante na “conscientização” dos trabalhadores rurais em prol de seus interesses imediatos, na terra. Maiores detalhes ver Bonin (1989).

⁶ Bonin (1989) desenvolve a análise que a Igreja Católica passa a se sentir ameaçada sua hegemonia sob a influência do Partido Comunista na organização dos trabalhadores rurais.

A ligação entre a atuação política e as práticas religiosas é um conluio com objetivo de organizar e direcionar as inquietações sociais, o que desabrocha nas coerções por uniformização da massa social. Por conseguinte, a religiosidade (crença) é transformada em instrumento, arma; um meio de condicionamento humano sob a égide da doutrina cristã.

A prática política organizada a partir do conhecimento teórico do marxismo, ou seja, a crença no saber (científico) funde-se com a religião, com escopo de direcionar os lamentos do vivido na busca do concebido – a realização imediata da *promesse de bonheur* na terra. O resultado é uma única crença – o mito ancorado na identidade de *sem terra*; que passa a fundamentar os princípios e diretrizes do sujeito social, e, estarão projetados de maneira que ele deve necessariamente pensar, pois “... as categorias do pensamento são coletivas e sociais; a identidade não é uma opção, mas uma maldição” (JAMESON, 1997, p. 42). Essa “maldição” é que irá adestrar na “terra conquistada”.

Enquanto que na “terra livre” o mito ilumina a utopia de uma sociedade igualitária, harmônica, pautada no trabalho familiar dedicado a produção fundamental para a existência, alicerçada em princípios que se poderia dizer próprio de um comunismo cristão primitivo, na “terra conquistada”, ocorre o prelúdio da cristalização do mito; com a conquista do meio – a terra, pois o meio o trabalho – a família o possui para obter a realização do concebido. Neste momento, a abstração da sociedade ideal camponesa deve ter sua objetivação.

A esperança no futuro baseada na expectativa de um projeto abstrato entra na fase de concrecibilidade com a conquista da terra, materializada na implantação dos assentamentos. Nesta fase, começa a se delinear o fosso entre a “comunidade ideal” e a necessidade de colocá-la em funcionamento. Assim, o MST passa a lutar contra fontes de conflitos internos e de desafio externo. A primeira situação observa-se na incapacidade de manter o sentimento de solidariedade cristã e de coesão em torno de um objetivo comum, pois esbarra em cada assentado com sua família que começa a colocar em prática a sua própria utopia, a formação de sua unidade de produção. Tal fato, combinado com o desafio da viabilização econômica dos assentamentos deixa à mostra a fragilidade do projeto original dos sem terra. Este desafio é travado, particularmente, com as forças externas, por um lado personificada na opinião da sociedade brasileira da viabilidade da realização de uma “Reforma Agrária” e, por

outro lado, com a dinâmica econômica capitalista.

Na busca de contornar ou solucionar os problemas levantados juntamente com a concretização dos assentamentos, surge, dentre do MST, uma organização destinada a atuar no processo de administração e sistematização do processo organizativo do trabalho e da produção dos assentamentos, concomitantemente é necessário redirecionar a visão de mundo dos atores. Por conseguinte, o mito é transformado em instrumento ideológico, com seu refinamento, cuja finalidade é superar os problemas enfrentados, principalmente, pela concepção de mundo imbuída da ancestralidade do mito – terra/trabalho; acalentadora da utopia camponesa, a qual ancorava-se no trabalho familiar individual.

Nesse contexto, o primeiro ponto a ser divulgada e estimulado é a formação de associações do tipo coletivista através do mecanismo de formação dos coordenadores e dirigentes internos, codificados nos “Cadernos de Formação” do movimento, os quais constituem-se na cartilha dos procedimentos da maneira que deve pensar e agir os assentados. Esta cartilha tornou-se a pilastra na “formação” interna (escolas) das crianças dos assentamentos. O resultado é visível ao se observar a idade dos novos dirigentes do MST (NAVARRO, 1999).

O deslocamento do mito em direção à forma de discurso ideológico dar-se no momento em que se passa a ter como matéria a ser trabalhada a “não identidade”, anteriormente, encoberta pelo manto do mito e ofuscada pelo laçar de seu brilho. Contudo, a subjetividade se esvai no concreto, a querença abstrata não coaduna com a querença da existência. Assim, torna-se premente alicerçar as novas bases do desafio concreto sobre princípios, regras e regulamentos definidores das ações dos assentados, com escopo, segundo o discurso escrito (Cadernos de Formação) do MST, de agregar resultados positivos para os assentamentos, e, conseqüentemente, para os assentados e para o movimento como um todo. Pois, é necessário um cartão de visita. O desafio concreto é a contraposição da situação anterior, na qual o desafio abstrato podia se sustentar na esperança ilusória, porém como diz o poeta:

*“ No entanto o mundo é uma ilusão completa,
E não é a Esperança por sentença
Este laço que o mundo nos manietá ?*

Augusto dos Anjos

Não obstante, a justaposição dos contrastes dos desafios dar-se na personificação da palavra Esperança. No desafio concreto o discurso é montado a partir de uma nova perspectiva não em tom revolucionário, mas, sim pautado em uma visão alternativa de produção agrícola assentada na “coletivização” dos meios de produção, ou seja, a terra. E o trabalho, como estratégia de sobrevivência, inserida na economia capitalista. Alterando a frequência do discurso, que na “terra livre” impulsionava na perspectiva de formação de unidades de produção camponesa e na “terra conquistada” defende a superioridade da produção realizada em grande escala, via a coletivização dos meios de produção nos assentamentos. Nas palavras de BONIN “... a nova proposta é a de que as formas de organização da produção **em grande escala são superiores às camponesas**, rejeitadas como artesanais, e que deve-se incorporar os avanços técnicos do capitalismo para a estruturação dos assentamentos” (1989, p.192, grifo nosso).

Observa-se a orientação kautskyina/leninista na defesa das vantagens econômicas, políticas e sociais da “coletivização” do processo produtivo, pois Lenin prescreve à incompatibilidade de pequenas unidades de produção individuais, tanto no capitalismo como em uma economia estatizada. No primeiro, a produção agrícola se desenvolveria sob os padrões industriais, portanto colocada em funcionamento pelo empresário capitalista e pelo operário agrícola. Dando, então lugar a duas classes sociais: a burguesia rural e o operariado agrícola. Conseqüentemente, ter-se-ia portanto com a eminente desintegração do campesinato. Na segunda, a propriedade individual da terra, mesmo de pequenas glebas, é contrária aos princípios de estatização da economia.

Neste sentido, LENIN coloca que a partilha das terras dos feudos⁷, não proporcionaria o surgimento de “uma massa livre de granjeiros” sem nenhum regime de propriedade privada, apenas a “eternização” do velho regime de propriedade agrária no momento que: “*Tal partilha não só não asseguraria que os lotes repartidos correspondessem às exigências da agricultura capitalista, mas até, pelo contrário consolidaria uma notória incongruência. Uma partilha assim dificultaria a evolução social, ataria o novo ao velho, em vez de libertar o novo do velho*” (1980,p .67).

Percebe-se que o discurso doutrinário do movimento assenta as

⁷ A análise do autor se refere ao desenvolvimento do capitalismo na Rússia.

diretrizes à redefinição na visão de mundo dos indivíduos. Estas diretrizes são diluídas no discurso escrito (Cadernos de Formação), o qual se apropria do vivido dos assentados via a técnica de confrontar o poder exercido pela economia capitalista sobre a forma de produção camponesa, e; ao mesmo tempo, demonstra que a atitude antioletivista não é própria dos assentados, mas, sim da lógica capitalista. BONIN ao analisar o Caderno de Formação nº 10, a descreve assim:

“ As dificuldades do trabalho cooperativo não são vistas apenas como falta de tradição nesta forma de organização do trabalhador mas também como fruto do próprio modo capitalista que procura infundir no pequeno agricultor uma mentalidade individualista, já que ao isolá-lo facilita a exploração de seu trabalho através da compra de sua produção a preços baixos ” (1989, p.191).

Observa-se que o sujeito é trabalhado como produto de forças externas independente do próprio indivíduo, isto é, sua concepção de mundo cristalizada no ato; na atitude de desconfiança perante ao “coletivismo”, apregoadado pela cartilha de “formação”, é fruto de mecanismos ideológicos do capitalismo. Assim, o camponês-assentado deve se despir das roupas moldadas nos códigos do individualismo e sobrepor ao seu vivido ulterior, marcado pela lógica camponesa assentada no trabalho “coletivo” familiar⁸. Entretanto, não é possível transplantar de forma abrupta a lógica interna do processo organizativo do trabalho coletivo familiar para o coletivo comunitário.

Na categoria de camponês-assentado, o sujeito deve vestir as roupas da doutrina proposta pelos Cadernos de Formação para usufruir de vantagens econômicas, políticas e sociais. Entre as vantagens políticas figura um papel social, o de “...servir de exemplo e de referência para os pequenos agricultores de que a saída para os seus problemas é a união e a ordem”. Tal discurso reflete a contraposição da própria postura do assentado frente à nova vestimenta apresentada como modelo de relações

⁸ Estima-se que 70% dos assentados tiveram uma relação direta com atividades agrícolas anterior a obtenção da terra, e 54% dos assentados eram agricultores familiares. Pesquisa realizada em 1.647 assentamentos oficiais (NETTO, p.32, 1997).

sociais internas, e talhado sob a forma de comunitarismo que lhes proporcionariam a “... manutenção do espírito de ajuda e de companherismo no grupo, eliminando o individualismo” (*Cadernos de Formação*).

A linha mestra do discurso mantém-se, ou seja, em um primeiro momento, na “terra livre” o indivíduo na identidade de “sem terra” é colocado como vítima de uma sociedade injusta, e os grandes proprietários personificam o excluidor. Automaticamente, os sem terra são os excluídos, cristalizando um discurso dualista entre o bem e o mal. No segundo momento, na “terra conquistada” o individualismo adjetivado ao camponês-assentado é produto do externo, os sem terra, agora com terra são vítimas da lógica capitalista.

Por outro lado, o quadro organizativo do movimento defende a necessidade de inserção da produção dos assentamentos nos mecanismos da economia capitalista, pois “ *A idéia é a de viabilizar os assentamentos para torná-los unidades produtivas rentáveis, competitivas no capitalismo. Pensa-se, inclusive, em entrar no circuito da comercialização pela formação de grandes cooperativas e nas atividades agroindustriais, sob o controle dos assentados*” (*Ibid.*, p.192).

O quadro intelectual do movimento percebe que, para passar de excluídos para incluídos, não basta conquistar o meio de produção – a terra, outro fator faz sentir sua ausência com intensidade – o capital necessário para concretizar o projeto de viabilização econômica das unidades de produção ou como deveria ser da unidade de produção dos assentamentos, inserida na lógica de mercado. Assim, para obter o resultado almejado a direção do movimento adapta o discurso com o intuito de moldar uma nova visão de mundo do camponês-assentado para colocar na prática as estratégias de inserção na dinâmica econômica capitalista.

Dessa maneira, enquanto que na “terra livre” o mito – terra/trabalho vislumbrava a perspectiva de uma via camponesa, na “terra conquistada” o mito transforma-se em ideologia, e, como tal, adentra dentro dos princípios e padrão preconizados como o caminho a seguir. Este caminho terá o traçado desenhado nas cores da teoria leninista, particularmente, baseado na crítica realizada por LENIN ao programa agrário defendido pelos populistas russos do início do século XX. Para o autor, a pregação da distribuição de terra entre o campesinato não passava de ideologia assentada em dois princípios: o “princípio do trabalho” e o “igualitarismo”. Este se refere a reestruturação da propriedade da terra com um regime mais “igualitário” de posse da

terra. Tal fato, seria o ponto a favor, pois extirparia as grandes propriedades, no caso brasileiro os latifúndios. Segundo o autor:

“O populista imagina que esse ‘igualitarismo’ elimina o caráter burguês, quando na realidade, expressa as aspirações da burguesia mais radical. E tudo o mais que se acrescenta ao ‘igualitarismo’ é fumaça ideológica, ilusão de pequeno-burguês” (1980, p.28).

Se o “igualitarismo” é fumaça ideológica, a defesa do movimento de uma “coletivização” da terra e do trabalho também é ilusão, ao defender uma substituição abrupta da experiência prática do camponês em prol de um concebido utópico. Não surge dessa forma o efeito esperado, pois a dura realidade do dia a dia, em companhia da velha enxada, o camponês-assentado-proprietário, na “terra titulada”, vivência a dissipação do mito – terra/trabalho, revelada no número de famílias assentadas que desistem da concretização do mito, em torno de 40%.

Nesse movimento o indivíduo na identidade de “sem terra” se vê envolto na tríade “terra livre”, “terra conquistada” e “terra titulada”, este movimento confunde-se com a trajetória do desafio em busca de mudança, pois a transformação não é a base das reivindicações, e, sim uma alternativa dentro da estrutura. Nesse contexto, a categoria “sem terra” representada pelo MST, em nível nacional, constitui-se em uma anomalia absorvida pelo sistema.

Nesse sentido, pode-se dizer que a concepção do MST se aproxima dos experimentos dos socialistas do início do século XIX em território dos Estados Unidos, que segundo WILSON os seus líderes não conseguiam abarcar que “... o mecanismo real das mudanças sociais, nem podia prever o inevitável desenvolvimento do sistema que eles tanto detestavam. Só lhes restava criar sistemas imaginários, os mais contrários possíveis, ao que existia na realidade e tentar construir modelos de tais sistemas, na esperança de que o exemplo fosse imitado” (1986, p.100).

A defesa de distribuição de terra, dentro da estrutura fundiária dominante, revela o princípio “igualitarismo” na postura do MST, mesmo que o escopo seja o desenvolvimento de unidade produtiva agrícola coletivizada, e cristaliza a esperança de fundar núcleos prósperos de produção agropecuária; o que na visão

de LENIN não passaria de formação de *guetos* dentro da dinâmica capitalista. Nas palavras do autor: “*Encerra os camponeses, como num gueto, as pequenas associações medievais de caráter fiscal, criadas para a posse da terra comunitária, isto é, nas comunidades*” (1980, p.201)..

Nesse sentido, alicerçado teoricamente e empiricamente, a direção do movimento percebe a necessidade de orientar sua estratégia de atuação para tornar possível os assentamentos, ou seja, não é na formação de pequenas unidades produtivas que podem apoiar a luta de uma “Reforma Agrária”, pois surge a questão colocada por um líder de uma das Comunidades implantadas (1847) nos Estados Unidos, baseada no princípio do coletivismo, qual seja:

“É verdadeiramente cruel fazer com que um grande número de pessoas simples nutram grandes expectativas a respeito de projetos utópicos que lhes custarão tudo que têm, enquanto os inventores e promulgadores das teorias só fazem escrever e falar” (Apud: WILSON, 1986, p.106).

Entretanto, é exatamente na perspectiva de obter a sua unidade produtiva que o camponês deposita a esperança de conseguir a sua “liberdade” é o que impulsiona na “terra livre” ao entrar no desafio na busca do meio –a terra, e, no processo se vê envolto na ideologia do MST, na “terra conquistada”, que passa a defender a coletivização do trabalho e da terra. Contudo, a sua concepção de mundo o remete para a idealização da unidade de produção familiar, pois é o único trabalho coletivo que assimila e compreende. E, ao não se enquadrar na estratégia do movimento para torna-lo um “trabalhador coletivo”, se vê de repente na “terra titulada”, a presenciar juntamente com sua família à absorção da refulgência do mito – terra/trabalho pelo desafio concreto, materializada no abandono da terra.

No entanto, seu espectro paira no pensar e na ação do camponês. Pois, a esperança ilude, e o indivíduo continua a acreditar, pois sua visão de mundo permanece envolto pelo espectro do brilho do mito, de qualquer mito; acredita para

se iludir e ilude-se para acreditar na possibilidade de mudança. A esperança o acompanha na trajetória da vida, nas palavras do poeta:

*Mocidade, portanto, ergue o teu grito,
Sirva-te a crença de fanal bendito,
Salve-te a glória no futuro – avança !
E, eu, que vivo atrelado ao desalento,
Também espero o fim do meu tormento,
Na voz da Morte a me bradar: descansa!
Augusto dos Anjos*

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ANTONELLO, I.T. **A metamorfose do trabalho e a mutação do campesinato**. Rio Claro/SP, 1999. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista /UNESP.
- BONIN, A et al. A luta pela terra como estratégia social dos agricultores: Perspectivas. In: **Anais do Seminário A Agricultura brasileira nos anos 90. Desafios e perspectivas**. Curitiba/PR, UFPR, p.179-194, 1989.
- FERNANDES, B.M. **MST formação e territorialização**. SP, HUCITEC, 1996.
- GRZYBOWISKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais**. 3º ed., Petrópolis/RJ, Vozes/FASE, 1991.
- JAMESON, F. **Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio**. SP, Ática, 1996.
- _____. **O marxismo tardio. Adorno, ou a persistência da dialética**. SP, Ed. UNESP/Boitempo, 1997.
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Brasília, Linha Gráfica Editora, 1998.
- LACAVA, E. **Arrivederci no paraíso**. Caxias do Sul/RS, EDUCS, 1986.
- _____. **Vinho Amargo**. Caxias do Sul/RS, EDUCS, 1987.
- LENIN, V.I. **O Programa Agrário da Social- Democracia na primeira Revolução Russa de 1905-1907**. SP, Editora Ciências Humanas, 1980.
- LEITE,S; MEDEIROS, L.S (Orgs) et al. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil. Processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro, Ed. Universidade UFRGS/CPDA, 1999.
- MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política**. Os economistas. 3ª ed., SP, Nova Cultural, 1985.
- _____. **Contribuição à crítica da economia política**. SP, Martins Fontes, 1977.
- _____. **Manuscritos Económicos-Filosóficos de 1844**. Lisboa, Edições 70, 1964.

- MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1981
- NAVARRO, Z. et al. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: LEITE, S; MEDEIROS, L.S (Orgs) et al. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil. Processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro, Ed. Universidade UFRGS/CPDA, p.19-68 1999.
- NETTO, V. Com rádio e fogão. **Veja**. SP, 25 de junho, pp. 32-33, 1997.
- ROMEIRO, A (Org.) et al. **Reforma Agrária: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate**. 2º ed., Petrópolis/RJ, Vozes/IBASE/FAO, 1994.
- SARAMAGO, J. **Levantado do chão**. 7º ed., RJ, Bertrand Brasil, 1999.
- SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização. Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Ed., Universidade do RS7UFRGS, 1999.
- WILSON, E. **Rumo à estação Finlândia**. SP, Companhia das Letras, 1986.

RÉSUMÉ:

La luminosité du mythe – terre/travail

Le présent essai est une réflexion sur le papier du mythe-terre/travail dans la formation des mouvements sociaux en l'espace rural du Brésil. C'est-à-dire le mythe-terre/travail jouer un rôle fondamental dans l'organisation des sujets sociaux.

Mettre l'accente sur l'appropriation du mythe-terre/travail pour organisé le mouvement du "sans terre" (MST). L'appropriation du mythe, il a l'objective de former une identité du mouvement fondé sur la terre et le travail. Parce qu'ils font parte de la "vision du monde" des sujets sociaux, en particulier du paysan. Ce paysan est composé pour des producteurs éliminé de la production agricole avec développement inégal de la modernisation du processus productive agricole.

Mots-clés: mythe-terre/travail, mouvements sociaux, rural